Apresentação: 04/06/2024 12:53:03.967 - CAPADR
REQ n.76/2024

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUARIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, **Sr. Carlos Fávaro**, a fim de esclarecer ações de seu Ministério, para a definição do Plano Safra 2024/2025 com a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. EXª. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II (Questões de Ordem 80/2019 e 18/2023) e 219 I, do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro para a definição do Plano Safra 2024/2025 que incluiu para a elaboração do Plano, o movimento dos trabalhadores sem terra (MST) conhecido por invadir propriedades privadas em área rural e urbana.

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do meu mandato de Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, venho requerer seja convocado o Ministro em tela para esclarecimento deste Ministério no que tange a definição do Plano Safra 2024/2025

CD242876255300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242876255300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 04/06/2024 12:53:03.967 - CAPADR
REQ n.76/2024

A defesa intransigente do Estado Democrático de Direito é principio inviolável de nossa Constituição Federal, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em diversas oportunidades afirmou que a política se faz apenas de acordo com o determinado na nossa Carta Magna e nas Leis infraconstitucionais positivadas.

Atacar princípios constitucionais não deveria ser prática do atual governo federal, mas o que vemos dia após dia é a violação de inúmeros preceitos e fundamentos constitucionais sendo violados e desrespeitados e agora como relata-se, mais uma violação.

Anualmente o Ministério da Agricultura elabora em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário um plano para a safra compreendida no ano em curso e parte do ano seguinte, neste caso o plano compreende as safras relativas a 2024 e 2025.

Noticias publicadas, pelo setor agropecuário dão conta que governo federal convidou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para ajudar a decidir o que fazer com os R$ 70 bilhões do Plano Safra 24/25.

Mas o que é este tal MST se não um movimento sem registro em qualquer órgão publico, sem a devida inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, e que tem como pratica corriqueira a invasão de propriedades privadas ao longo do país, não é um movimento que tenha qualquer representação perene no poder executivo.

Cumpre informar que as ações do MST são sempre norteadas pela truculência em regra empregada nas invasões de terra e na injustiça de invasão de terras que muitas vezes cumprem sua função social, ou seja, terras idôneas que acabam sendo injustamente invadidas pelo movimento.

Como é de notório saber as terras assentadas pelo MST são menos produtivas do que as terras sob propriedade privada. Isso deve-se à falta de acesso a crédito, tecnologia e outros recursos.

O MST tem histórico de colaboração com partidos políticos de esquerda, o que leva alguns a questionar sua autonomia e criticá-lo por se envolver em "politiquices".

Diversas práticas agrícolas utilizadas em assentamentos do MST, como o desmatamento para atividades agrícolas, podem ter impactos negativos sobre o meio ambiente.

CD242876255300
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242876255300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 04/06/2024 12:53:03.967 - CAPADR
REQ n.76/2024

Cabe salientar que recentemente a Câmara dos Deputados aprovou, com uma votação bem elevada – 336 votos a 120 –, um projeto de lei que amplia punições (se é que há alguma punição hoje) para quem invade propriedade alheia, no meio urbano ou no meio rural. Os invasores, por exemplo, não poderão receber benefício do governo – de nenhum governo.

Em detrimento ao aprovado pela Câmara dos Deputados o atual convidou o MST para colaborar na definição do destino dos R$ 70 bilhões do Plano Safra 2024/2025. O movimento foi chamado na formulação do Pronaf em meio a uma crescente pressão legislativa para conter seus métodos de atuação no campo. Em outra tentativa de conter o avanço do MST, o Congresso derrubou um veto presidencial que beneficiaria o movimento, restaurando, assim, a proibição de financiamento público para atividades que possam ser interpretadas como apoio à invasão de terras privadas.

Portanto o atual (des)governo vai na contramão daquilo que a maioria da população, através de seus legítimos representantes, no Congresso Nacional tem aprovado.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão e aprovação deste requerimento na pauta de deliberações do Plenário desta Casa, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das comissões, em 04 de junho de 2024.

MARCOS POLLON

PL/MS

CD242876255300

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242876255300
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon